



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

A morte de Jean Calas: ponderações de Voltaire sobre a tolerância¹

The death of Jean Calas: Voltaire's thoughts on tolerance

Ewerton Ferreira Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2489-8927>

Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, Brazil

Email: ewertonferreira360@gmail.com

Valcicléia Pereira da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1272-5466>

Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PROF-FILO-UFAM)

Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, Brazil

Email: cleiadaimon@ufam.edu.br

Aldair Oliveira de Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5205-9766>

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA)

Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PROF-FILO-UFAM)

Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, Brazil

Email: aldairandrade@yahoo.com.br

Article Info:

Article history: Received 2023-09-02

Accepted 2023-10-23

Available online 2023-10-23

doi: 10.18540/revesv16iss3pp16822-01e



Resumo: Este artigo tem como finalidade principal compreender o conceito de tolerância em François-Marie Arouet, conhecido pelo nome de Voltaire (1694-1778), na obra intitulada *Tratado sobre a tolerância*: a propósito da morte de Jean Calas. A defesa da tolerância de Voltaire tem como princípio a identidade humana, ela se manifesta no respeito e na solidariedade entre todos os homens, independentemente de sua condição econômico-social e práticas políticas e religiosas. O filósofo atribui um grande valor à razão, porque acredita que só através dela os homens poderão analisar, refletir e, dessa forma, superar os problemas gerados pela ignorância e pelo fanatismo religioso.

Palavras-chave: Religião; Tolerância; Intolerância; Jean Calas.

¹ Este artigo é parte da pesquisa realizada no curso de Licenciatura em Filosofia, no formato de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em 2022, monografia intitulada “*Tolerância e Intolerância: reflexões acerca dos problemas modernos e contemporâneos na perspectiva de Locke e Voltaire*”, como requisito para a obtenção da graduação em filosofia pela UFAM.

Abstract. The main purpose of this article is to understand the concept of tolerance in François-Marie Arouet, known by the name of Voltaire (1694-1778), in the work entitled *Treatise on Toleration: concerning the death of Jean Calas*. Voltaire's defense of tolerance is based on the principle of human identity, which manifests itself in respect and solidarity between all men, regardless of their economic-social status and political and religious practices. The philosopher places great value on reason, because he believes that it is only through reason that men can analyze, reflect and thus overcome the problems generated by ignorance and religious fanaticism.

Keywords: Religion; Tolerance; Intolerance; Jean Calas.

1 – Introdução

Voltaire é um dos grandes pensadores iluministas que valoriza a liberdade de pensamento atrelada ao uso da razão, como forma de superar todo tipo de tirania e imposição de dogmas aos homens. O valor que Voltaire atribui a razão se torna fundamental para a compreensão e a superação do problema da intolerância religiosa entre os homens.

Pode-se atribuir a Voltaire a defesa da razão como sendo um instrumento norteador para as decisões e as ações dos homens. Para ele, a adoção de um sistema racional evitaria que o homem viesse a cometer injustiças, além de evitar outros excessos. Isso reflete sobretudo nas relações entre os homens e a sua prática religiosa, independente da religião. Percebe-se que no contexto histórico moderno ainda havia uma grande influência moral e política do Catolicismo sobre a sociedade, o que por vezes poderia ser considerado ou visto como um sistema autoritário, como resquício da idade média. Tudo o que fosse contra as ideias da Igreja era passível de punição ou repressão. Sabendo que as formas de repressão impostas pelo Catolicismo levava a ações intolerantes, Voltaire critica tais ações e se torna um crítico dos dogmas cristãos que exaltavam como sendo a única e genuína religião a ser respeitada. Com base nas ideias iluministas, Voltaire se opunha a todo tipo de intolerância religiosa.

Este artigo está organizado para ser desenvolvido em dois momentos: primeiro, a compreensão do conceito de tolerância na obra *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*; e segundo, a análise das contribuições de Voltaire para o problema da tolerância.

2- O problema da intolerância religiosa em Voltaire

A motivação de Voltaire para defender o princípio de tolerância em seu país surge de um caso considerado paradigmático de intolerância, o da família Calas, em que o negociante Jean Calas, de 68 anos, protestante, supostamente teria matado por estrangulamento o seu próprio filho, Marc-Antoine. Todos os membros da família de Calas por residirem na mesma casa, inclusive tendo participado do jantar antes do ocorrido, foram apontados como suspeitos de envolvimento no crime. Na noite do suposto crime estavam reunidos todos os membros da família Calas, o marido, a esposa, os dois filhos Marc-Antoine e Pierre, e mais dois membros, a empregada católica e um amigo de Marc-Antoine, o jovem Lavoisier. Contudo, os fatos após as devidas investigações mostram que Marc-Antoine, depois de ter enfrentado consecutivas decepções, cometeu suicídio, após o jantar em família.

O primeiro problema que pode ser identificado na análise do caso é a relação direta entre a acusação de parricídio e a postura supersticiosa do povo da cidade francesa de Tolouse, no século XVIII. Cabe ressaltar que Jean Calas era cristão protestante, o que pode indicar um possível indício dos motivos porque o povo acusou um pai de ter estrangulado o próprio filho. Sobre o comportamento dos habitantes de Tolouse, Voltaire comenta que: “Esse povo é supersticioso e violento; vê como monstros seus irmãos que não são da mesma religião que ele [...]”. (VOLTAIRE, 2000, p. 5). Desse modo, é apontado a rivalidade entre a religião católica, que predominava à época sobre a religião protestante, ambas cristãs, mas que na mente do povo francês, a protestante era considerada inferior.

Outro aspecto determinante para que Calas fosse condenado estaria diretamente ligado ao fato de que a sua condenação originou-se de um rumor, quando algum fanático inspirou o povo a lançar acusações que apontava que Jean Calas havia enforcado o seu próprio filho. Além deste ponto, era compartilhada pelo povo também a ideia de que o amigo de Marc-Antoine, o jovem Lavaisse juntamente com toda a família de Calas haviam estrangulado por ódio à religião católica.

O caso Calas apontava para as seguintes possibilidades acerca do julgamento: primeiro, o estrangulamento aconteceu por motivo religioso; segundo, o povo manifestava intenção de executar Calas como atração principal da festa dos tolosanos.

A respeito da primeira afirmação, o imperativo religioso era motivo suficiente para a família tirar a vida do próprio filho, supostamente planejado pela família e por Lavaisse.

Em relação à segunda possibilidade, havia também outro motivo que fez com que a sentença de Calas fosse de maneira imediata. O propósito era fazer com que Calas fosse a atração principal da festa onde os tolosanos celebravam em memória do massacre de quatro mil huguenotes, a procissão ocorria em 17 de maio, em homenagem a vitória dos católicos sobre os protestantes, em maio de 1562: “O que atiçava ainda mais a imaginação exaltada do povo; dizia-se publicamente que o cadafalso sobre o qual seriam supliciados os Calas seria o maior ornamento da festa.” (VOLTAIRE, 2000, p. 8). O que tudo indica era que a finalidade da festa era não somente supliciar Calas, mas toda a sua família.

Análogo a este o ponto cabe ressaltar que o julgamento e a composição dos juízes foram construídos às pressas. Tanto as acusações quanto as evidências que poderiam provar a inocência da família não foram averiguadas, ou seja, o processo que envolvia os Calas mostrava-se fora dos padrões legítimos de uma investigação jurídica adequada.

Treze juízes reuniram-se diariamente para concluir o processo. Não tinham, não podiam ter nenhuma prova contra a família; mas a religião enganada fazia as vezes de prova. Seis juízes persistiram por muito tempo em condenar Jean Calas, seu filho e Lavaisse ao suplício da roda, e a mulher de Jean Calas à fogueira. Sete outros, mais moderados, queriam ao menos que se averiguasse (VOLTAIRE, 2000, p. 8).

Voltaire considera que o caso de Calas se torna questionável por possuir contradições no âmbito jurídico e no aspecto físico. Na esfera jurídica, a primeira contradição diz respeito à sentença que envolvia os treze juízes que não foi unânime. Em um crime como este não poderia haver margem para dúvidas. Houve uma discordância entre os juízes, um em especial que se mostrou defensor dos Calas, foi afastado do caso, o que foi determinante para que Calas fosse considerado culpado pelo tribunal.

No campo do aspecto físico, a contradição corresponde a uma indagação, como um senhor de idade de 68 anos teria forças para estrangular o próprio filho que possuía 28 anos, além de possuir um bom porte físico? Desde o começo as evidências se mostram a favor da inocência da família Calas. Como é que a família poderia ter estrangulado um jovem tão robusto, sem nenhuma marca de golpes ou ferimentos? São contradições e fatos como esses que demonstram a possibilidade de erros terem sido cometidos por uma parte dos juízes.

Como influência do fanatismo dos juízes e do povo, a família Calas sofreu todo tipo de punição, a mais severa foi atribuída a Jean Calas que foi executado na roda. Apesar dos juízes terem reconsiderado o julgamento, observando um erro no caso Calas, não deixaram de aplicar punições menores aos outros membros da família, Pierre Calas sendo encerrado num convento dominicano, as filhas de Calas encerradas também em um convento, a esposa teve que conviver com a solidão e o abandono, por ter sido despojada dos seus bens.

Observa-se também outro aspecto importante no caso de Calas relacionado às duas categorias de sofrimento, um direto e outro indireto: o sofrimento direto compreende os aspectos físicos; e o sofrimento indireto está atrelado às dores da alma.

A categoria do sofrimento físico se mostra de forma explícita, nas formas de torturas sofridas na cadeia, no modo pelo qual Jean Calas foi executado. Pode-se pensar também em formas de torturas que não estão no relato, mas que possivelmente Calas teria passado juntamente com a sua família, além da separação da família e das humilhações que os filhos e a mãe tiveram que enfrentar.

No que diz respeito ao sofrimento considerado indireto ou moral, ele começa desde o momento em que a família se depara com a morte pelo ato suicida do filho, uma família que se encontrava fragilizada desde o primeiro momento e que ainda teve que lidar com a acusação injusta do povo e dos juízes. Se já não bastava sofrer pela morte do filho, a morte dolorosa e injusta de Calas também reflete sobre os membros da família, causa de angústias, desespero, e tristeza que a mãe e os filhos sentiram. Do mesmo modo, há também a própria separação da família, o que deve ter marcado profundamente cada um deles.

Por fim, o caso demonstra a clara exaltação do fanatismo sobre a razão. Um caso que corrobora a validação do fanatismo dos juízes sobre um pai inocente diante do fato ocorrido entre a religião e a injustiça, que afetou toda a família.

2. 1 Argumentos a favor da tolerância pacífica.

Voltaire no *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas* inicia suas reflexões sobre a tolerância, apontando diversos modelos ao longo da história, onde a tolerância tornou-se um grande benefício à sociedade, e a diferença entre as religiões não era considerado um problema para a coexistência dos homens.

O furor que inspiram o espírito dogmático e o abuso religião cristã mal compreendida derramou sangue, produziu desastres tanto na Alemanha, na Inglaterra e mesmo na Holanda, como na França. Hoje, no entanto, a diferença das religiões não causa nenhum problema nesses Estados; o judeu, o católico, o grego, o luterano, o calvinista, o anabatista, o socianiano, o menonita, o morávio e tantos outros vivem como irmãos nesses países e contribuem igualmente para o bem da sociedade. (VOLTAIRE, 2000, p. 22).

Outro aspecto fundamental na análise de Voltaire é a observação que ele faz da tolerância muito além do ocidente, implicando desse modo no contato com outros povos e diferentes religiões. O intuito de Voltaire é argumentar a favor da existência entre a prática das religiões e a cultura adotada por diferentes povos. Muito além do Ocidente, Voltaire aponta para culturas do Oriente como a Ásia, especificamente para Índia, sendo construtora dos elementos que beneficiam a tolerância. Em algumas nações como a Índia, houve não só a tranquilidade entre as pessoas, mas também a parte econômica foi beneficiada, tanto o comércio e a agricultura ganharam com isso.

Acerca da liberdade entre as regiões, Voltaire indica apenas um caso de intolerância em que o imperador Chinês Yung-Ching expulsou os jesuítas do seu país. Vale ressaltar que o motivo que levou o imperador a tomar essa decisão foi a ação dos jesuítas que adotaram uma postura intolerante com a cultura chinesa. Segundo Voltaire, “Sei que vossa religião é intolerante; sei o que fizestes nas Manila e no Japão; vós enganações meu pai, não espereis enganar-me também [...]”. (VOLTAIRE, 2000, p. 26).

Os japoneses, na perspectiva de Voltaire, eram considerados os mais tolerantes, possuíam doze religiões pacíficas em seu império. Os jesuítas num primeiro momento até fizeram parte, depois adotaram ações intolerantes, o que ocasionou uma guerra civil. Como consequência desse ato, os japoneses fecharam o seu império aos estrangeiros.

Nos modelos identificados por Voltaire ao longo da história pode-se destacar que apenas um deles se desviou da coexistência pacífica entre as religiões, a liberdade ofertada não criou nenhuma desordem. Na perspectiva do autor, os exemplos apontados são provas de que não se deve exercer a intolerância. E a tolerância mostrou-se importante para uma sociedade pacífica, enquanto a intolerância cobriu a terra de guerras e de chacinas.

Outro aspecto importante acerca da tolerância é que ela só pode ser assegurada com a liberdade de consciência, em culturas e locais onde os homens são livres para escolher e determinar a sua posição religiosa. Acerca da escolha entre as seitas, Voltaire pontua que, “Quanto mais seitas houver, tanto menos perigosa cada uma será; a multiplicidade as enfraquece; todas são reprimidas por justas leis que proíbem as assembleias tumultuosas, as injúrias, as sedições e que estão sempre em vigor pela força coativa.” (VOLTAIRE, 2000, p. 29). Desse modo, o número de seitas² é positivo para a boa convivência entre os homens. O que se tem por perigoso é ter somente o predomínio de uma única seita sobre as outras.

O próprio direito natural apontado por Voltaire é um dos aspectos que enfatiza a necessidade de construção de uma sociedade pacífica. O direito natural compreende-se sendo o direito que a natureza designa a todos os homens, atrelado a este direito, Voltaire entende que somente nele pode se fundamentar o direito humano e o grande princípio universal que foi fundado entre os homens e corresponde a “Não faças o que não gostarias que te fizessem.” (VOLTAIRE, 2000, p. 33). Tal princípio não corresponde as ações que os homens tentam impor uns aos outros guiados por certas doutrinas, não compactuam com as ações intolerantes que existem entre os homens, se quer abrem brechas a interpretações que induzem os homens a destruírem uns aos outros por diferenças religiosas. Não fazer com outro o que não deve fazer consigo mesmo, mostra que os homens, segundo esse princípio, deveriam colocar-se no lugar do outro e tentar entender as razões de suas ações.

² O termo seita pode ser caracterizado como sendo “Doutrina que, propagada por um grande número de pessoas, se afasta ou diverge de certa forma de outra doutrina principal.” (DICIO, 2021).

De acordo com o princípio anteriormente mencionado, como os homens poderiam dizer uns aos outros expressões como esta: “acredita no que acredito e no que não podes acreditar, ou morrerás.” (VOLTAIRE, 2000, p. 33). O sentido da expressão se opõe totalmente ao direito humano por impor determinado dogma religioso, oprimindo totalmente a liberdade do outro, o que significa que nenhum homem gostaria de ser obrigado a crer em algo que ele não acredita. Em resumo, é possível inferir que as ações fundamentadas nessa visão de pensamento não correspondem ao direito natural. Segundo Voltaire, o direito a intolerância é algo que se contrapõe ao direito humano.

2. 2 A intolerância pode ser justificada?

Na perspectiva de Voltaire, a tolerância sendo norteadora para uma existência de paz entre os homens se torna aceitável por estar de acordo com o direito humano, onde os homens devem se respeitar reciprocamente. A tolerância possui justificativas plausíveis e que estão de acordo com os direitos humanos. Contudo, ser tolerante não está atrelado a uma postura passiva acerca das decisões e ações que ferem a ordem das leis estabelecidas entre os homens. Diante disso, não cabe a tolerância aceitar ações intolerantes, caso isso ocorra a intolerância torna-se justificável. Sobre as possíveis causas da intolerância, Voltaire pontua:

Para que um governo não tenha o direito de punir os erros dos homens, é necessário que esses erros não sejam crimes; eles só são crimes quando perturbam a sociedade; perturbam a sociedade a partir do momento em que inspiram o fanatismo. Cumpre, pois, que os homens comecem por não ser fanáticos para merecer a tolerância. (VOLTAIRE, 2000, p. 105).

Os casos onde a intolerância demonstra ser aceitável se restringe as práticas que se afloram do fanatismo religioso. As ações por fanatismo não devem ser toleradas, pois elas provocam conflitos violentos entre os homens. Além de que alimenta algumas práticas que resultam em homicídios, como o caso apontado por Voltaire, no qual uma pequena seita na Dinamarca, tinha como princípio obter a salvação eterna de seus irmãos. Contudo, a prática resultava em assassinato. Segundo Voltaire, “Eles sabiam que todos os recém-nascidos que morrem sem batismo são condenados e que os que têm a felicidade de morrer imediatamente após receberem o batismo gozam da glória eterna. Saíam, pois, a estrangular os meninos e meninas recém-batizados que encontrassem.” (VOLTAIRE, 2000, p. 106). Apesar da intenção ter um objetivo de causar o bem maior as crianças, não é permitido fazer um mal em vista de um pretensão bem.

No *Dicionário filosófico* (1973), Voltaire define o fanático como alguém que tende a alimentar a sua loucura com o crime. Voltaire usa como exemplo a ação ocorrida com Barthélemy Diaz, que saiu de casa com o objetivo de assassinar o seu próprio irmão, praticou tal ato com a alegação de amor a Deus. Desse modo, ele foi considerado o mais abominável fanático que a superstição criou. Dentre os casos que Voltaire cita no *Dicionário filosófico*, há um em especial que ele considera o mais detestável, o ocorrido na noite de São Bartolomeu,³ em que alguns católicos chegaram a degolar e a esquartejar os concidadãos pelo motivo de estes não irem à missa.

³ A noite de São Bartolomeu ocorreu na França, em 1572, quando o rei Carlos IX ordenou o assassinato dos líderes protestantes huguenotes. A ação originou uma onda de massacres que resultou na morte de dezenas de milhares de huguenotes por todo o território francês.

Diante de tal ato, Voltaire defende que o magistrado deveria punir as ações radicais que envolvem toda manifestação de fanatismo. Desse modo, a conduta que é norteadada pelo princípio religioso, deve estar dentro dos limites da lei do magistrado, não ocasionando dessa forma transtornos a sociedade.

2.3 Sobre a superstição e tolerância

Voltaire caracteriza como superstição as ideias falsas em torno da noção de divindade. Por se tratar de uma noção equivocada de um princípio religioso, as superstições podem demonstrar o quanto os seus efeitos são perigosos. Os homens podem correr o risco de abraçar os equívocos de outros homens, caso não avaliem racionalmente a situação. Conforme o pensamento de Voltaire, “Quando os homens não tem noções corretas da divindade, as ideias falsas as substituem, [...]” (VOLTAIRE, 2000, p. 113). Por este motivo, a superstição é um dos temas de reflexão no pensamento de Voltaire, enquanto o senso crítico do homem passa pelo filtro da razão, a superstição não possui esse senso crítico. A superstição se distancia do que Voltaire considera como fundamental ao homem, o uso da racionalidade para a construção do seu próprio entendimento. Outro problema gerado pela superstição são os diferentes tipos de violências, incluindo os crimes abomináveis causados pelas ações de homens que extrapolaram os limites de suas concepções religiosas e adentraram na esfera do fanatismo.

2.4 Tolerância universal

Voltaire defende que a tolerância deve ser considerada como um princípio universal por várias razões: primeiro, porque em matéria de teologia não há uma uniformidade, não há um único caminho; segundo, porque existe uma pluralidade de concepções que justifica a tolerância. Diante dessas interrogações é insustentável que uma religião se auto intitule como única e verdadeira.

Não é preciso uma grande arte, uma eloquência muito rebuscada, para provar que os cristãos devem tolerar-se uns aos outros. Vou mais longe: afirmo que é preciso considerar todos os homens como nossos irmãos. O quê! O turco, meu irmão? O chinês? O siamês? Sim, certamente; porventura não somos todos filhos do mesmo Pai e criaturas do mesmo Deus? (VOLTAIRE, 2000, p.121).

Na concepção de Voltaire não há um único caminho para a salvação da alma, a discordância entre os homens em matéria de religião deixa de forma explícita isto.

3 - A importância do pensamento de Voltaire sobre a tolerância

O caso de intolerância que Voltaire se propõe analisar numa perspectiva filosófica, no *Tratado da tolerância*: a propósito da morte de Jean Calas, permite ao leitor refletir acerca de alguns possíveis problemas que nascem nas relações entre a política e a religião. Relação que na modernidade se mostra de forma mais explícita. O vínculo entre esses dois poderes se torna problemático na medida em que as ações podem resultar em atitudes intolerantes. No caso da família Calas, essa interferência aconteceu de modo profundo, afinal de contas Calas foi executado por um crime que não cometeu.

O que resultou na sentença pode atribuir-se diretamente à conduta inconveniente dos juizes que o condenaram, que ficaram cegos diante da razão. Deixando que a rivalidade entre os católicos e os protestantes fosse maior do que o peso da razão. Isso nos mostra que o fanatismo também alcançava os juizes e os magistrados.

Segundo Ferreira, “é preciso destacar e reafirmar a ideia de que o fanatismo não atingira somente a população iletrada, mas também os juizes e magistrados diretamente.” (FERREIRA, 2011, p. 46). O caso de Calas demonstrou de forma significativa o peso do fanatismo para a maior parte dos juizes. Este pode ser considerado um fator importante para a compreensão das ações intolerantes em todas as épocas. O que implica estabelecer, uma maior autonomia das leis civis sem que houvesse diretamente o apelo religioso.

Essa autonomia através da razão faria com que os homens não tirassem conclusões inteiramente manifestadas e fundamentadas nas suas crenças religiosas. No que diz respeito às ações caridosas, que Voltaire reflete no *Tratado sobre a tolerância*: a propósito da morte de Jean Calas, Jesus Cristo pode ser considerado como o maior exemplo da virtude da caridade. Desse modo, as ações intolerantes mostram-se distantes da conduta compartilhada por Jesus. Sendo considerado isto, a intolerância não foi ensinada por Jesus Cristo. Acreditar no contrário, implicaria cair numa contradição com relação aos preceitos religiosos adotados.

Diante disso, é preciso buscar respostas para questões do tipo: Como alguém bondoso manifestar ações violentas com base no preceito do amor ao próximo? Como nasce no homem cristão a motivação para ser intolerante? Geralmente aqueles que usam o pretexto religioso para praticar ações intolerantes justificam suas ações em um direito divino. Contudo, as passagens bíblicas nos mostram que não há propriamente leis na bíblia que fundamentam tais ações. Como surge então no pensamento do homem o direito à intolerância ou ações como as praticadas durante a inquisição?

Uma possível resposta pode ser encontrada na má interpretação ou na compreensão descontextualizada dos preceitos bíblicos, especificamente de algumas parábolas que dariam a entender a possibilidade do uso da coerção de um homem sobre o outro. Uma das passagens que poderia ser utilizada para explicar o entendimento distorcido sobre o preceito cristão e que poderia ser utilizada para justificar possíveis ações intolerantes é a que diz: “Sai pelos caminhos e atalhos, e obriga todos a entrar.” (VOLTAIRE, 2000, p. 84). Não há evidências explícitas do incitamento às ações intolerantes, contudo, pode-se observar que há um abuso no uso das palavras “obriga-os a entrar”. Voltaire compreende que as passagens utilizadas são usadas de maneira literal, ou seja, ao pé da letra, o que abriria possibilidade para uma fundamentação da intolerância: “O espírito de intolerância deve estar apoiado em razões muito más, já que por toda parte busca os menores pretextos.” (VOLTAIRE, 2000, p. 86).

Dessa forma, fica explícito que as perseguições não possuem em si relação estritamente com os dogmas religiosos, mas na possibilidade de sua interpretação distorcida, causa das manifestações de intolerância.

Segundo Cardoso (2003, p. 46), “A carta de Locke e o Tratado de Voltaire trabalham com duas linhas de pensamento a favor da tolerância. Uma que vê na realidade cultural, e não na essência humana, os motivos convincentes da tolerância.” A realidade cultural manifesta-se nas diversidades de culturas e religiões. Sendo a religião criada pelo próprio homem, se torna difícil legitimar uma única e verdadeira em detrimento das outras.

A tradição mostra que desde o período clássico grego existe o reconhecimento de uma pluralidade cultural. Os antigos possuíam diferentes perspectivas sobre as divindades, isso só reforça essa diferença cultural em diferentes sociedades. Com base nesse relativismo cultural ocidental, torna-se difícil defender uma verdade absoluta, tanto no plano teológico quanto no metafísico. Diante desse fator cultural só resta ao homem respeitar o outro, observando as exigências do bem comum.

Considerações finais

Neste artigo analisamos duas perspectivas diferentes que Voltaire utiliza para refletir acerca das ações intolerantes: a primeira atrelada ao caso da família Calas e ao problema da superstição e do fanatismo religioso; a segunda, vinculada à compreensão equivocada dos preceitos bíblicos, implicando dessa forma numa leitura literal das passagens bíblicas.

O caso da família Calas é o ponto de partida para Voltaire defender a tolerância. A linha argumentativa defendida por Voltaire vê na tolerância a possibilidade da convivência pacífica entre as diferentes culturas. O autor cita alguns exemplos além do ocidente em que a tolerância promoveu a paz, e o oposto dela a intolerância causou guerras e chacinas, causa de sofrimentos e perdas em todos os sentidos, material e humano. Voltaire também defende a tolerância com base no argumento do direito natural, a máxima defende que não devemos fazer aos outros o que não desejamos para nós mesmos. Desse modo, entende-se que a intolerância se opõe ao direito humano.

Em sua abordagem sobre a tolerância, Voltaire fornece elementos que nos fazem pensar que a intolerância religiosa surge das ações que nascem da superstição e do fanatismo. A superstição se torna um problema, por fazer com que os homens não tenham clareza sobre os preceitos religiosos, desse modo seguindo o equívoco de outros homens. Nas ponderações acerca da tolerância observa-se também a ênfase que Voltaire atribui a razão, pois somente por meio dela que os homens se tornariam moderados e evitariam dessa forma a doença do fanatismo.

É importante salientar que Voltaire atribui o problema de ações intolerantes a atitudes que nascem no fanatismo religioso e das superstições. O fanatismo é prejudicial porque promove práticas que provocam conflitos violentos e ameaçam a vida de todos os membros do grupo social. As superstições são nocivas, pois se tratam de noções equivocadas de um princípio religioso. As superstições são prejudiciais, uma vez que podem influenciar outros homens a abraçarem os equívocos dos seus representantes. Por fim, Voltaire defende uma tolerância universal com base na pluralidade dentro do âmbito religioso. O valor da tolerância em Voltaire está no respeito à identidade humana, devemos nos respeitar reciprocamente, pois mesmo que compartilhemos de culturas e religiões diferentes, somos iguais enquanto humanidade.

Referências

- CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- DICIO, *Dicionário Online de Português*, definições e significados de mais de 400 mil palavras. 2009-2022, 7 Graus. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: agosto de 2022.

-
- FERREIRA, Edimar Gonçalves et al. *Voltaire e a tolerância*. 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11570>. Acesso em: agosto de 2022.
- Noite de São Bartolomeu: o que foi, resumo e causas principais*. 2004. Disponível em: suapesquisa.com. Acesso em: dezembro de 2022.
- VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*. Introdução, notas e bibliografia René Pomeau; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Clássicos).
- _____. *Dicionário filosófico*. In. Voltaire - Diderot. Tradução de Bruno da Ponte e João Lopes Alves e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Editor: Victor CIVITA 1973 (Os Pensadores). Disponível em: <https://docero.com.br/doc/5xxx50x>. Acesso em: maio de 2022.